Razão, Poder e Linguagem

Este artigo é uma tentativa de analisar as distorções operadas por um jogo sutil entre os usos da razão e da linguagem, notadamente pelos jornais (pela mídia, em geral), provocando o fortalecimento do poder.

This article is an attempt to analyse the distortion produced by a subtle game between the uses of reason and the language, particularly by the newspapers (by the media in general), provoking the strength of power.

Este artículo es un intento de analizar las distorsiones operadas por el juego sutil entre los usos de la razón y del lenguaje, principalmente por los periódicos (en los medios de comunicación, en general), provocando la fortificación del poder.

Palavras-chave: linguagem, razão, jornais, opinião pública.

Autora:

Gilda Korff Dieguez

Professora Titular da UNESA, onde trabalha nos cursos de Letras, Pedagogia e Comunicação. Mestre em Comunicação Social (ECO/UFRJ) e Doutora em Ciência da Literatura (UFRJ). Escritora e ensaísta.

Introdução

O século XXI, apesar das promessas de felicidade da "Era de Aquarius", abriu-se com a cena do terror. Atônito, o mundo via as imagens das torres gêmeas desabarem em New York, caracterizando aquilo que já antecipávamos em 1993, no ensaio "Espaciando o pós-moderno": o pós-moderno. Na ocasião, prefiguramos como sendo o "pós": plural de "pó". A cena estava posta na sua barbárie, hollywoodiana, um quase clichê real das antecipações ficcionais. Nesta hora, quando de-veria prevalecer a reflexão, estabeleceu-se a guerra, de imediato, sem dúvidas, sem crises, sem meneios. Mas o texto dos acontecimentos não foi lido: ao contrário. Em um quadro comportamental que lembrava de perto os ratinhos treinados por Skinner, os homens reagiram na ordem do estímulo/resposta, sem se darem conta do mergulho no abismo praticado. Não somos pitonisas, mas temos o distanciamento crítico necessário para, a partir daí, podermos extrair algumas considerações.

Estamos em um mundo onde prevalece o sentido do Absoluto, desenvolvendo a lógica do triunfalismo e da apoteose. Num mundo assim, não há espaço para o humano, marcado pelas incertezas e dúvidas, onde as perdas se constatarem a cada dia. Há, pois, um terrível fosso entre o ser e a sua construção civilizatória, tendo o primeiro que sucumbir, diante da grandeza do segundo. Uma humanidade, portanto, onde não cabe a condição humana.

Cria-se, a partir daí, um outro hiato, não menos perigoso: diante da promessa de felicidade do Absoluto, a vida, com sua corrosão cotidiana, parece menor. A consequência será a crise, tanto maior quanto mais intensa for a crença nos valores da velha e acabada deusa Metafísica, nos contornos ideológicos traçados pelo deus Capitalismo: liberdade, igualdade e fraternidade. Como o mundo desmente os ideais, confirmando, na sua prática, exatamente o oposto, surge a descrença, logo transfigurado em misticismo. O passo seguinte será o fanatismo.

Entenda-se que as construções civilizatórias montadas sobre a matriz do Absoluto, na sua ótica monumentalista e apoteótica da redenção, terminam por afastar a vida. Em outras palavras, são construções que privilegiam a morte, em detrimento de Eros: este, sim, espaço de permanente mutação e instabilidade dionisiacas. Mas isto não cabe na lógica do Absoluto, onde tudo se congela e as certezas são antecipadas, principalmente pela Escrava Ciência, face a seu "senhor" (o Capital). Enfim, o futuro já chegou. Nele tudo é pós (moderno, ideologia, utopia, História, grandes narrativas etc.): um mundo escatológico, ou seja, insistimos na noção de ser uma construção que tente anular as contradições.

O equívoco não residirá, portanto, no ser humano, mas na lógica desenvolvida. Ou melhor: pensa-se a humanidade através de esquemas rígidos, superficiais, genéricos, que são a ótica do poder. Sem dúvida, a cultura ocidental encontra-se num dilema, embora negado, a partir de suas opções científicas, como resultado dos movimentos englobados na caracterização histórico-cultural do Iluminismo. A identificação da Razão Absoluta com a Verdade vem construindo a trajetória do único, cujo horizonte é delineado pelo progresso, triunfo, sucesso, racionalismo de uma sociedade que se declara como criação definitiva e planetária. Ou "globalizada". Sob o manto desta Verdade, Absoluta, a História tornou-se uma propriedade privada, desembocando na síntese autoritária. Exemplos disso multiplicam-se ante nossos olhos, desde o modelo articulado por Hitler, até os avanços imperialistas dos norte-americanos, sem nos esquecermos de pequenas e não menos significativas passagens do cotidiano.

Conforme o filósofo Cioran nos alerta:

Idólatras por instinto, convertemos os objetos de nossos sonhos e de nossos interesses. A história não passa de um desfile de falsos Absolutos, uma sucessão de templos elevados a pretextos, um aviltamento do espírito ante o Improvável. Mesmo quando se afasta da religião o homem permanece submetido a ela: esgotando-se em forjar simulacros de deuses, adota-os depois febrilmente: sua necessidade de ficção, de mitologia, triunfa sobre a evidência e o ridículo. Sua capacidade de adorar é responsável por todos os seus crimes: o que ama indevidamente um deus obriga os

¹DIEGUEZ, Gilda Korff. Espaciando o pós-moderno. Rio de Janeiro, Cadernos FACHA, 1: set 1993. P. 25-30

*outros a amá-lo, na espera de exterminá-los se se recusam. Não há intolerância, intransigência ideológica ou proselitismo que não revelem um fundo bestial de entusiasmo.*²

No contraponto deste discurso e por isso mesmo confinada, encontra-se a linguagem, nas suas múltiplas manifestações. Quando salientamos seu confinamento é porque tem sido ela, hoje, alvo dos mecanismos de reprodução. Assim posto, ela, longe de representar o desejo, serve de instrumento de cerceamento do sujeito que, por isso, torna-se cada vez mais assujeitado.

Trabalhar-se com a linguagem é trabalhar-se com a perda das certezas, em que o "eu" é impelido, por sua fragmentação, a buscar um "outro". A saída? A interpretação: entre este "eu" e o "outro" algo se prende, sem muitas garantias, pois que sempre haverá espaço para uma alternativa. Interpretar, pois, é fazer perguntas, sem muita convicção das respostas. Papel de analista, este, de ouvir os silêncios que a nossa sociedade, na sua histeria, não nos deixa perceber. Multiplicam-se as tagarelices, que nada acrescentam, mas produzem um efeito de encobrir um vazio existencial, trazido mesmo pela negação do ser. Aliás, fala-se muito, sem que ninguém preste a atenção, até porque pouco há para se prestar atenção.

Sem dúvida, os jornais cumprem a sua função, em meio a tantas falas: a de informar. Entenda-se que "informar" é colocar dentro de uma "fôrma", de modo a diminuir, ao máximo, as incertezas da linguagem. Saliente-se que a redação, atendendo a um só modelo, em nome de uma neutralidade e de uma objetividade, torna-se descritiva, em lugar de narrativa. Na verdade, ninguém se pergunta o que é neutralizado pelo jornalista, mas, em síntese, poderemos antecipar que são as outras possíveis versões e leituras que relativizariam a versão "neutra e objetiva", assumida com foros de "verdade". Com isso, os fatos transformam-se em pálidos fantasmas (o humano, que seriam a incerteza e a multiplicidade, é afastado), vindo a gerar uma sensação de irrealidade no leitor. Por não se colocar como sujeito, isto é, ainda que imaginariamente se posicionar como um participante da cena (a descrição, em lugar da narração, afasta esta possibilidade), o leitor não presta atenção, ou pelo menos não empresta a atenção devida, vindo a banalizar tudo o que lê.

Mas este não é o pior elemento trazido pelos jornais: por conta das estatísticas, cria-se a mística da opinião pública. Ora, aqui reside um grave equívoco de raciocínio e conhecimento. A opinião contrasta, epistemologicamente, com o conhecimento, ligada que está às aparências e sensações de realidade. Em outras palavras, o objeto é atingido pela percepção imediata dos sentidos. Vulgar e veloz, ela propicia juízos de valor, nos quais conta a projeção subjetiva de quem a emite. Em geral, a opinião está presa ao senso comum, herança de um grupo social e de experiências vivenciadas pelo sujeito. Assim considerando, ainda que tomemos como aceitáveis as pesquisas de opinião, que aceitemos o fato de serem elas efeito de um trabalho de pesquisa, de que esta pesquisa é absolutamente neutra e bem aplicada, de que elas selecionam uma amostragem de pessoas significativa, que todos tenham a melhor boa vontade em responder honesta e autenticamente, enfim, que tudo seja "científico", elas nada representam de significativo, a não ser para o poder: um belo instrumento para verificação da eficácia de sua atuação junto às

maiorias. É, pois, pela opinião, que se poderá condicionar comportamentos e verificar se efetivamente estão sendo atingidos os objetivos.

Uma outra questão que nos parece séria é a aceitação plena da matemática como uma linguagem perfeita. Primeiramente, o sentido de perfeição da matemática advém do fato de ela abstrair o humano. Aliás, ela abstrai tudo: restam apenas números. Dirão muitos que ela nos permite conhecer e desenvolver as ciências: ela nos serve apenas para isso, como linguagem, que é. Nada além. Por equívocos, torná-la dogmática ou axiológica é incorrer-se em perigosos enganos de raciocínio, pois poderemos (e, de fato, já o fazemos) misturar, trabalhando o que é da ordem do humano exclusivamente pela ordem da ciência.

Não bastando, estes números extraídos da suposta "opinião pública" assumem outras duas facetas igualmente perigosas. Primeiramente, tornam-se axiomas, evidentes em si mesmos. Ninguém discute. Perguntaria eu: diante das cenas de terror, ocorridas em New York, algum norte-americano discutiria o índice de 90% de aprovação para uma guerra contra o mundo árabe? Não. Parece evidente. No entanto, sem considerar os méritos do horror, ao sentimento justo dos americanos atingidos, da dor dos que perderam familiares, dos que assistiram às cenas num estado de total impotência, caberia perguntar se uma semana depois as estatísticas seriam iguais. Estrategicamente (para o poder), fica-se com a sensação de que este número representa uma verdade imutável.

Só por exercício de lógica, devemos lembrar que muito do cinema hollywoodiano, nos últimos anos, tem premiado filmes que, curiosamente, falam de guerra: "O resgate do soldado Ryan", "O gladiador", "Pearl Harbour", "A lista de Schindler", "A vida é bela" são alguns exemplos (sem estarem, rigorosamente, em ordem cronológica) do processo de paulatina formação, no imaginário popular, da cena bélica como "natural". Na hora em que os números são buscados, tanto mais sob o impacto dos fatos, ninguém tenta se lembrar deste paulatino processo de "catequese" do imaginário, ainda que sob uma estética sedutora e sempre apoteótica do cinema, em que o Bem vence (jamais um filme norte-americano trouxe a noção de derrota) todos os males do mundo.

Até hoje o mundo se pergunta como uma nação, com toda a sofisticação civilizatória, como a Alemanha, se "deixou levar" pelo ditador? Talvez ainda estejam começando a investigar, passadas as leituras sumárias e tendenciosas, o processo da "propaganda". Na verdade, o que poucos mal perceberam é que o fenômeno se deve, em muito, às questões miméticas. Desde então, o poder não utiliza a força (recurso empregado apenas quando não há outras alternativas): mais que tudo, o grande instrumento é a mídia, através de um processo de de desmobilização (das forças reativas), de sedução (do imaginário), desarmamento (das consciências), aliciando os adeptos e segregando os que não aceitam. Hoje, quem se coloca como diferente das maiorias é por elas excluído, sem necessidade de intervenção do poder. Há, pois, um irracionalismo disseminado, sob a máscara do "pensar bem". Hoje, a adesão ao sistema constitui-se num bem-estar psíquico, trazendo, pela coesão, a solução para a esquizofrenia existencial.

Entenda-se que já a fala do Presidente revela um problema, também de raciocínio: em momento algum houve tentativa de negociação. O pó ainda não havia baixado e a palavra "guerra" já era pronunciada, como se outra alternativa não

² CIORAN, Emile M. *Breviário de decomposição*. Trad. de José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. P. 11.

houvesse. Pouco tempo após o acidente, já existia a certeza sobre o culpado. Osama bin Laden (relembrando o caso Kennedy) seria o "Lee Oswald" do século XXI? Some-se a isso a pesquisa de opinião. E, pior: começa, a partir daí, a construção do dogma. Trata-se o dogma, como sabemos, de uma afirmativa sem discussão. Parte de uma certeza prévia (portanto, se opõe à crítica) ou de raciocínio doutrinário, que alcança uma certeza baseada no princípio da autoridade. No caso, a ação é orientada em função de uma abstração, não levando em consideração as realidades históricas. Gera a intolerância e o fanatismo, estando bastante associado aos fundamentos religiosos.

Ora, é importante salientar dois aspectos: primeiro, a fé precede a razão; segundo, o conhecimento inibe a fé, posto explicar aquilo que não era entendido e, portanto, atribuído a forças "inexplicáveis". Ou místicas. Mas quero crer que o Estado (porta-voz do poder, que hoje reside no Capital) tem suas razões, que a nossa razão desconhece. Assim, ele assume contornos até certo ponto míticos. Ou, em alguns casos, místicos. Neste momento, não podemos deixar de lembrar de Roland Barthes, ou, mais precisamente, a sua obra *Mitologias*. O mito é sempre uma fala despolitizada, que apaga a memória. Na verdade, a função do mito é, como bem conceituou Barthes, "evacuar o real"³. Assim, de um lado as falas do Estado dão clareza àquilo que parece ser a "palavra de Deus" (lembrando que "a voz do povo é a voz de Deus"); de outro, a opinião pública na sua prática reativa, quase instintual. No meio, o grande intermediário da linguagem, este "quarto poder", hoje na voz da mídia. Entenda-se que, na nossa leitura, quem detém o poder é, sem sombra de dúvida, o Capital. O Estado desenvolve a sua parcela de força. A mídia é veículo que atinge imensos segmentos da população mundial, através de um aparato tecnológico poderoso (entenda-se que a Ciência, fiel escrava, constitui-se no terceiro poder, embora dependente do Capital), ficando apenas com a parcela de "porta-voz". Para isso, seu trabalho em torno da linguagem, na formação da "opinião", ser importante para os outros dois segmentos.

Conclusão

Num primeiro momento, haveria a possibilidade de imaginarmos que o Estado, por ter ao menos na instância do Executivo uma função política, não poderia ser considerado como um mito, já que, para tanto, teria de ser despolitizado. Neste caso, o Estado tende, nessas situações, a cruzar a esfera mítica com a idealização, no sentido de atribuírem-se qualidades de perfeição ao objeto, quando os sujeitos sabem que não conseguirão alcançá-la. É mais um dos tentáculos dessa Razão Absoluta, a identificação. Como situa, muito bem, Sérgio Paulo Rouanet.

Para Freud, o ciclo das identificações sucessivas de cada indivíduo constitui sua personalidade. Identificação é instrumento de individuação. Na ordem Iluminista, a identificação é instrumento, pelo contrário, de desindividuação o processo pelo qual a individualidade tende para a autodissolução.⁴

Entendamos que o poder expropria os sujeitos (ou assujeitados) da Razão, para que ele seja o único usuário desta mesma Razão, logicamente em seu benefício. É apenas uma questão de mais um monopólio: o da mente.

Referências Bibliográficas:

- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Trad. de Rita Buongiorno e Pedro de Souza. São Paulo: Difel, 1975.
CIORAN, Emile M. *Breviário de decomposição*. Trad. de José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
DIEGUEZ, Gilda Korff. *Espaciando o pós-moderno*. Rio de Janeiro: *Cadernos FACHA* 1: set, 1993.
ROUANET, Sérgio Paulo. *Teoria crítica e psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

³ BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difel, 1975. p. 163.

⁴ ROUANET, Sérgio Paulo. *Teoria crítica e psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.